



i

01-07-2011

**Periodicidade:** Diária

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 80000

**Temática:** Economia

**Dimensão:** 1020

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/22 a 23

**ESTUDO EUROPEU. SENHORIOS, FEIRANTES, TAXISTAS E MECÂNICOS SÃO OS QUE MAIS FOGEM AO FISCO // PÁGS. 22-23**

## Estudo. Feirantes, senhorios, taxistas e mecânicos entre os que mais fogem ao fisco

Subsectores do alojamento, dos transportes ou das cantinas contribuíram para que 2,5 mil milhões não entrassem nos cofres públicos em 2010

### COMBATE AO FISCO EM PORTUGAL

#### Medidas adoptadas nos últimos quatro anos

- 2007: a declaração fiscal passou a poder ser feita na internet.
- 2008-10: possibilidade de o Estado cruzar os dados da declaração fiscal e o nível de vida;
- inspecções anuais e aleatórias a empresas e indivíduos considerados de risco;
- penalizações mais severas.
- 2009-10: exigência às instituições financeiras que informem quando as transacções ultrapassarem os 15 mil euros ou suspeita de actividade irregular.
- 2010: proibição das taxas cobradas pelos comerciantes nos pagamentos com cartão.

KÁTIA CATULO  
*katia.catulo@jonline.pt*

A fuga ao fisco atravessa todas as actividades económicas, mas em Portugal há uns piores que outros. É o caso do arrendamento de apartamentos ou de quartos a baixo custo, das estadas em pensões/residências, da restauração, dos táxis, autocarros e transportes comerciais, das lojas de retalho não especializadas, das cantinas/caterings, da venda a retalho ao ar livre ou em feiras ou ainda das oficinas de automóveis. Todos juntos contribuiram para que, no ano passado, 2,5 mil milhões de euros não entrassem nos cofres públicos.

Há um custo que todos nós pagamos sempre que alguém opta por pedir um orçamento sem IVA, pagar uma refeição sem recibo ou empregar um trabalhador sem contrato. Pode até parecer um gesto sem importância – uma venda não declarada, um serviço prestado por baixo da mesa – mas, no final do ano, cada acto isolado, acrescentado a todos os outros, representou 33 mil milhões de euros que em 2010 escaparam aos impostos em Portugal. Tudo somado, significa 20% de toda a riqueza produzida no nosso país.

Estas contas estão no estudo “A Economia Paralela na Europa 2010”, desenvolvido pelo economista Friedrich Schneider, da Universidade de Linz, na Áustria, e pela



consultora A. T. Kearney, para a Visa Europe, que ontem foi apresentado em Lisboa. Ao todo, foram analisados 27 mercados europeus para perceber a dimensão da força de trabalho que não é declarada ao fisco. Portugal, com 20% do PIB a escapar aos impostos, está a meio da tabela, em pé de igualdade com a Espanha, mas distante da Europa Ocidental, sobretudo dos melhores exemplos como Suíça (8%), Áustria (9%), Holanda (10%), Reino Unido (11%) ou França (12%). Pior do que nós estão a Itália (22%) e a Grécia (25%).

Mas são países da Europa de Leste – Bulgária (33%), Croácia e Estónia (30%) ou Turquia e Roménia (29%) – que lideraram o grupo com mais bens e serviços não declarados. O resultado acaba por redundar numa média de 20% do PIB europeu.

A economia paralela representa 2,068 biliões da actividade económica nos 27 estados da União Europeia e é o sector da construção que mais contribui para o lado negro da economia, com 29% do PIB europeu. Logo abaixo estão hotéis e restaurantes (19%), distribuição e retalho (18%), indústria (17%), transportes (15%) ou serviços domésticos, com 13% do PIB.

Enganar o Estado é um comportamento que se tornou mais frequente a partir de 2008 com a crise europeia e que vai continuar a subir, sobretudo nos países que lutam contra a dependência da

dívida externa. O aviso é do especialista em gestão e administração de empresas da consultora A. T. Kearney. “Todas as medidas de austeridade potenciam a economia paralela, não significa que não devam ser tomadas, mas nestes momentos torna-se ainda mais importante focar as políticas no combate à fuga ao fisco”, defende Pedro Castro. Ou seja, o aumento dos impostos pode ter um resultado perverso na receita fiscal e Portugal está entre os mais vulneráveis por causa da crise financeira.

O nosso país tem sido pouco eficaz e, apesar das medidas adoptadas nos últimos anos, Sérgio Botelho, director-geral da Visa em Portugal, está convencido de que, enquanto as penalizações forem “leves” e os procedimentos judiciais “lentos”, todas as tentativas terão resultados pouco ambiciosos.

O esforço tem de ser “muito grande”, reconhece Pedro Castro, que defende duas linhas de orientação. A primeira virada para a legislação laboral, fiscal e penal, que terá de ser acompanhada por acções de sensibilização, redução das burocracias ou promoção da inclusão financeira de uma população ainda sem acesso a contas ou cartões bancários. A outra estratégia passa por desincentivar o uso de dinheiro vivo para pagar bens e serviços, adoptando os pagamentos electrónicos (ver caixa).



**Fuga aos impostos representou em Portugal 33 mil milhões de euros (20% do PIB nacional)**

NELSON D'AIRES/KAMERAPHOTO

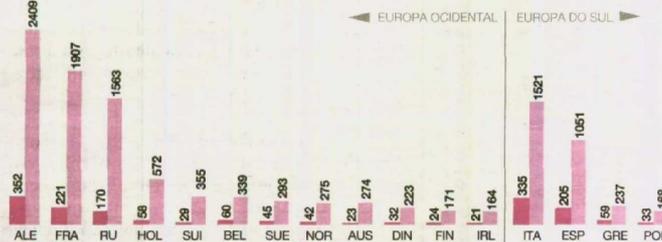
**Combater a fraude com cartões**

Tratando-se de um estudo realizado para a Visa Europe, houve uma preocupação em isolar os efeitos dos pagamentos electrónicos na economia paralela. "Verificámos que um aumento de 10% desta prática ao longo de quatro anos consecutivos permitiria reduzir 5% a economia paralela", explica Pedro Castro. Em Portugal, 5% significaria mais 1,75 mil milhões que, em 2010, poderiam ter entrado nos cofres públicos. "Os pagamentos electrónicos e a maior consciência pública podem provocar mudanças, sobretudo entre os que não recebem qualquer benefício das vendas não declaradas", remata Sérgio Botelho, da Visa Portugal.

**PESO DA ECONOMIA PARALELA NO PIB TOTAL**

EM MIL MILHÕES DE EUROS

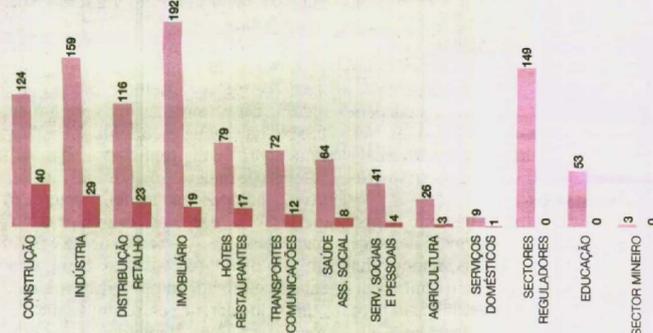
■ ECONOMIA PARALELA ■ PIB OFICIAL



**ECONOMIA PARALELA POR SECTOR NA EUROPA**

EM MIL MILHÕES DE EUROS

■ ECONOMIA PARALELA ■ PIB OFICIAL



FONTE: PROF. SCHNEIDER; EUROSTAT; OECD (2008); ANÁLISE A.T. KEARNEY